



Criação da estatal do transporte recebe 62 emendas

Medida provisória sobre a nova empresa foi editada junto com o plano do governo para concessões e investimentos em rodovias e ferrovias, lançado semana passada



Com a criação da empresa e a abertura de novas concessões, o governo pretende ampliar a malha ferroviária, como na Ferronorte, em Mato Grosso

Forum Pró-Ferrovia

Senadores e deputados apresentaram 62 propostas de modificação à medida provisória que cria a Empresa de Planejamento e Logística, definida no plano do governo como responsável pelo desenvolvimento e pela integração dos

transportes rodoviário e ferroviário.

A sociedade anônima de capital fechado vai desenvolver o trem de alta velocidade de forma integrada com outros transportes, além de operar e explorar os serviços nas linhas férreas de alta velocidade. 4

Marcos Oliveira/Agência Senado



Representante do Plone na Venezuela, Leonardo Caballero fala no encontro

Simpósio apresenta nova versão para gerenciador de conteúdos

No segundo dia do Plone Symposium, ontem, no Interlegis, profissionais de TI conheceram nova

versão do sistema de gerenciamento de conteúdos. Objetivo é facilitar o uso da ferramenta. 2

Substituição de servidor em greve pode ser proibida 2

Projetos ampliam restrições a bebida e cigarro 3

Assine a newsletter do Jornal do Senado

Basta se cadastrar no portal de notícias do Senado para receber, no seu e-mail, a informação mais completa sobre o trabalho dos senadores.



www.senado.gov.br/jornal

CPI do Cachoeira poderá quebrar sigilos de empresas 3

Marta: psicólogos devem defender novo Código Penal

Em homenagem aos 50 anos da regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, os Correios lançaram selo e carimbo comemorativos. Na ocasião, Marta Suplicy conclamou

os psicólogos a acompanharem os debates do novo Código Penal no Congresso e defenderem o que ela considera avanços do anteprojeto, como a criminalização da homofobia. 3

A solenidade em comemoração aos 50 anos da regulamentação da psicologia no Brasil foi iniciativa da senadora Marta Suplicy



Gerardo Magela/Agência Senado

Projeto pretende impedir troca de servidor em greve

Intenção de Randolfe Rodrigues é suspender decreto presidencial publicado recentemente que autoriza contratação de outros trabalhadores para substituir grevistas de órgãos federais

RANDOLFE RODRIGUES (PSOL-AP) apresentou projeto para suspender o Decreto 7.777/12, que estabelece medidas para órgãos públicos federais em caso de greves e paralisações e autoriza contratação de servidores estaduais, municipais ou de empresas de terceirização para substituir grevistas. O objetivo do decreto editado por Dilma Rousseff, publicado dia 25 de julho no *Diário Oficial da União*, é garantir a continuidade da prestação de serviços.

O projeto de Randolfe (PDS 497/12), que está em análise na Comissão de Constituição e Justiça, aponta irregularidades no decreto presidencial, como a ausência de uma lei regulamentada para sua execução.

Segundo o senador, a medida adotada por Dilma é uma forma de enfraquecer as diversas greves de servidores públicos federais e já foi questionada por entidades sindicais, que protocolaram uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo



Para Randolfe, decreto de Dilma quer "apagar incêndio com gasolina"

Tribunal Federal pedindo a revogação.

— O decreto é uma nítida demonstração de desespero do governo federal motivada pela incapacidade demonstrada de negociar com os representantes sindicais dos milhares de servidores públicos federais que se encontram em greve, em alguns casos, há quase três meses — afirma o senador.

Randolfe esclarece que seu

projeto não se propõe a emitir juízo de valor sobre as reivindicações dos servidores, nem tampouco ignora os efeitos que uma greve de longa duração gera sobre os direitos fundamentais dos cidadãos.

— Apenas não admite que o texto constitucional e o ordenamento jurídico sejam sacrificados por uma norma que só aumenta a insegurança jurídica e que pretende apagar o incêndio paredista com a gasolina do arbítrio — argumentou o autor da proposta.

Quarta-feira senadores cobraram votação de um projeto de lei que disciplina o direito de greve no serviço público. Autor do PLS 710/11, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lembrou que a Constituição completará 24 anos em outubro sem que o assunto tenha sido regulamentado.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a presidente Dilma Rousseff está certa ao culpar os servidores de "sangue azul" pelo impasse nas negociações com o governo.

Trabalho na Defensoria pode justificar falta no serviço público

Projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) permite que servidor público tenha licença de um dia por semestre para atuar como voluntário na Defensoria Pública.

Na justificativa do projeto (PLS 80/12), a senadora argumenta que a Defensoria Pública tem insuficiência de recursos humanos e materiais.

A medida, além de conferir mais recursos humanos para a Defensoria Pública, é uma forma de estimular o voluntariado dos servidores públicos para a instituição que defende e orienta juridicamente os necessitados.

O Estatuto do Servidor Público já prevê a licença em caso de doação de sangue

(um dia), alistamento eleitoral (dois dias) e ocasiões como casamento, morte do cônjuge ou companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos (durante oito dias consecutivos).

O projeto aguarda definição de relator na Comissão de Constituição e Justiça.



Vanessa alega que a Defensoria Pública tem escassez de recursos

Senado empossa mais 48 aprovados em concurso público

Tomaram posse ontem 48 novos servidores do Senado aprovados em concurso público. A diretora-geral da Senado, Doris Peixoto, disse que os novos servidores vão contribuir para o processo de transformação e modernização da Casa, já em andamento.

A diretora-geral ressaltou a importância do Senado para consolidar a democracia brasileira e disse esperar que os novos servidores ajudem, com sua experiência, para o aprimoramento do Legislativo federal.

— Que os novos servidores contribuam com o melhor que trazem, pois fortalecer o Senado é fortalecer a democracia — disse Doris.

Simpósio sobre nova versão de gerenciador de conteúdos resalta o fácil aprendizado

A plataforma de gerenciamento de conteúdos Plone deve ganhar modelo que facilite o uso por profissionais com pouco conhecimento da ferramenta. Esse é o objetivo do Plone.Api, nova versão desenvolvida pelo representante do Plone Foundation na Eslovênia, Nejc Zupan, e apresentado ontem, no Plone Symposium, no Interlegis.

Desenvolvedores com pouco conhecimento ou estagiários de tecnologia da informação poderão trabalhar facilmente com a nova versão, aprendendo a utilizá-la em menos tempo, segundo Zupan.

O consultor em *e-gov* e representante do Plone na Venezuela, Leonardo Caballero, apresentou soluções para migrar conteúdos de um sistema oposto

ao do Plone para dentro da plataforma. Caballero disse ainda que essa tecnologia também pode ser utilizada para migrar conteúdos de um sistema de arquivos, documentos ou base de imagens para o gerenciador de conteúdo.

Participou do segundo dia do simpósio o desenvolvedor da plataforma na Câmara dos Deputados, Fábio Surrage de Medeiros, que compartilhou suas experiências e dificuldades encontradas na aplicação Plone no portal daquela Casa.

Hoje os palestrantes vão compartilhar as lições aprendidas na utilização do Plone, falar sobre os desafios práticos da plataforma, explicar como promover e proteger a ferramenta e informar o que é a Plone Foundation.



Nejc Zupan fala no seminário do Interlegis sobre tecnologia da informação

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Sessão para pronunciamentos

9h A sessão plenária é não deliberativa, sem votação de projetos, destinada a discursos de senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Parlamentares querem que CPI amplie investigação sobre empresas

Integrantes da CPI do Cachoeira estão pressionando o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), para aprovar novos requerimentos de quebra de sigilo de empresas supostamente envolvidas no esquema do contraventor.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) reivindica o acesso a dados bancários, telefônicos e fiscais de pessoas jurídicas que, segundo ele, receberam milhões por meio da construtora Delta.

— Nossa assessoria técnica revela que já há um repasse de mais de R\$ 413 milhões da empreiteira Delta para essas empresas supostamente organizadas para o desvio de recursos, que são públicos, com origem nos cofres da União, de estados e municípios. Portanto, é essencial para o trabalho desta CPI que os sigilos bancário, fiscal e de dados destas pessoas jurídicas sejam quebrados — defendeu o senador em reunião da CPI na quarta-feira.

O deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP) alertou para a existência de 18 empresas consideradas fantasmas e apresentou um *ranking* das maiores beneficiadas pela Delta: SP Terraplanagem Ltda, com R\$ 45,4 milhões; Power Engenharia, R\$ 43,1 milhões; a JSMS Engenharia e Terraplanagem, R\$ 39 milhões; Soterra Terraplanagem, R\$ 36 milhões; SM Terraplanagem, R\$ 35

milhões; e MPB Serviços, R\$ 30 milhões.

— É estarrecedor. São R\$ 413 milhões repassados a empresas que receberam dinheiro, simulação de prestações de serviços e entregas de bens. O grupo continua articulado e o próximo desafio, tanto para a comissão quanto para o Ministério Público, será identificar o braço financeiro da organização a partir de possíveis fraudes em licitações — afirmou.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e os deputados Onyx Lorenzoni (DEM-RS) e Rubens Bueno (PPS-PR) também defendem uma reunião para avaliar os pedidos.

Diante da pressão, o presidente da CPI disse que conversará com o relator, Odair Cunha (PT-MG), sobre o exame dos requerimentos na terça-feira. Para esse dia, também estão marcados os depoimentos do ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot e do empresário Adir Assad.



Vital incluirá pedidos na agenda

Diretores de bancos poderão ser detidos por atrasar quebra de sigilo

Dirigentes do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários e de instituições financeiras poderão ser obrigados a responder a pedido judicial de quebra de sigilo bancário em 30 dias. Se descumprirem o prazo, correrão o risco de serem enquadrados por crime de desobediência, cuja pena é de detenção de 15 dias a 6 meses, mais multa.

A proposta (PLS 307/12 — Complementar) é do senador Pedro Taques (PDT-MT) e será analisada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania

(CCJ). O texto altera a Lei Complementar 105/01, que regula o sigilo de operações financeiras.

Eficiência e rapidez

O projeto permite a prorrogação do prazo de 30 dias, a critério do juiz. Caberá a ele avaliar, no caso concreto, a dificuldade alegada pela instituição para atender à quebra do sigilo bancário demandada pela Justiça.

Taques diz que a proposta busca garantir maior eficiência e rapidez na solução de conflitos na Justiça. “A morosidade no cumprimento das quebras de sigilo bancário tem sido empecilho até mesmo para a continuidade dos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito, que, apesar de requisitarem a remessa de informações de transações financeiras de investigados às instituições bancárias, precisam aguardar prazos indefinidos”, observou Taques ao justificar o projeto.



Taques diz que demora dos bancos pode atrapalhar trabalhos de CPIs



Fernanda Magano (E), Ana Bock, Marta, Humberto Verona e Paulo Vannuchi comemoram os 50 anos da psicologia no país

Marta pede que psicólogos acompanhem novo código

Durante comemoração no Senado dos 50 anos da regulamentação da profissão no país, senadora afirma que anteprojeto do novo Código Penal propõe conquistas como a criminalização da homofobia

PARA CELEBRAR OS 50 anos da regulamentação da psicologia no Brasil, o Senado recebeu ontem, no Auditório Petrônio Portella, psicólogos de todo o país. Marta Suplicy (PT-SP), que sugeriu a homenagem, pediu a eles que acompanhem os debates sobre o novo Código Penal, “para manter conquistas do anteprojeto, como o dispositivo que criminaliza a homofobia”. Marta disse temer que, durante a tramitação no Congresso, a proposta elaborada por juristas seja alterada e sofra “recuos”.

— Vamos ter que nos colocar como psicólogos contra posições que, na nossa seara, já foram suficientemente debatidas, mas que são adotadas por parlamentares conservadores — disse a senadora e psicóloga.

Marta manifestou receio de ações para reduzir a maioria penal. Também citou as novas hipóteses de aborto legal previstas pelos juristas como um dos pontos que, na sua visão, caso alterados, “representariam um retrocesso”.

Pelo anteprojeto, um laudo médico ou psicológico dizendo que a mulher não tem condições de levar a gravidez adiante autorizaria a

realização de aborto até a 12ª semana de gestação.

Políticas públicas

Marta disse ainda que a psicologia nasceu como “demanda da elite, dentro de uma visão individual”, mas hoje se destaca pelo compromisso social e pela busca de práticas democráticas e cidadãs.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, destacou que o país conta hoje com quase 220 mil psicólogos (cerca de 90% mulheres), sendo que 29.212 atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) e 20.463 no de Assistência Social (Suas).

A psicóloga Fernanda Magano falou das expectativas dos profissionais quanto à aprovação do projeto (PLC 150/09) que fixa em seis horas a jornada de trabalho do psicólogo com vínculo com o setor público ou privado — já aprovado pelo Senado na forma de substitutivo e agora em reexame na Câmara — e do receio de que restrições às suas prerrogativas profissionais sejam impostas se for aprovado o PLS 25/02, o chamado Ato Médico, que retornou ao Senado depois de passar pela Câmara.

Entidades de psicologia são homenageadas

Durante a homenagem, no Senado, aos 50 anos da regulamentação da profissão de psicólogo no país, os Correios lançaram um selo e um carimbo alusivos às comemorações, destacando o tema “Psicologia 50 anos: muito a comemorar, muito mais a fazer”.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, integrou a mesa do evento, ao lado de sua antecessora no cargo, Ana Bock, e da presidente da Federação Nacional dos Psicólogos, Fernanda Magano. Todos citaram caminhos percorridos de 1962 a 2012 e desafios a serem superados.

Também participaram do evento Paulo Vannuchi, ex-ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e José Furian Filho, vice-presidente de Negócios dos Correios.

Dez projetos ampliam restrições a bebida e cigarro

Maior rigor

- ▶ PLS 505/07, da ex-senadora Marisa Serrano, define bebida alcoólica como a que tiver teor de pelo menos meio grau Gay-Lussac e amplia restrições à propaganda
- ▶ PLS 151/07, de Magno Malta (PR-ES), e PLS 9/09, de Cristovam Buarque (PDT-DF), obrigam inclusão de advertência sobre malefícios da bebida nos rótulos
- ▶ PLS 99/11, de Acir Gurgacz (PDT-RO), proíbe venda de bebidas nas proximidades de escolas e obriga colocação de advertências na publicidade em pontos de venda
- ▶ PLS 177/11, também de Gurgacz, visa restringir promoção e exposição de cigarros e similares em pontos de venda e proibir a venda desses produtos por autosserviço
- ▶ PLS 307/11, de Wellington Dias (PT-PI), também visa alterar a definição de bebida alcoólica, assim como estender às cervejas as restrições legais
- ▶ PLS 703/11, de Wellington, proíbe exposição, propaganda, comercialização e consumo de bebidas alcoólicas em eventos patrocinados pelo poder público
- ▶ PLS 692/11, de Gim Argello (PTB-DF), veda exposição, propaganda, comercialização e consumo de bebidas alcoólicas em vias e logradouros públicos, entre outros locais
- ▶ PLS 9/12, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), determina que bebidas com qualquer nível de álcool são consideradas alcoólicas e proíbe a propaganda
- ▶ PLS 139/12, de Paulo Davim (PV-RN), proíbe venda de cigarros em estabelecimentos de ensino, de saúde, órgão público, posto de gasolina e supermercado, entre outros



Edinilson Aguiar/Secom-AT

Construção da estrutura dos transportes rodoviário e ferroviário ficará a cargo da empresa, segundo a medida provisória

MP da estatal de rodovias e ferrovias recebe 62 emendas

Senadores e deputados apresentam propostas de mudanças para a criação da empresa de transportes

FORAM APRESENTADAS 62 emendas à medida provisória (MP 576/12) que cria a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), responsável pelo desenvolvimento e pela integração dos transportes rodoviário e ferroviário no país. A MP foi editada semana passada, junto com o plano do governo federal de concessões e investimentos em transporte.

Quatro senadores apresentaram emendas: Inácio Arruda (PCdoB-CE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Gim Argello (PTB-DF) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). As demais

propostas de modificação são de deputados. O texto será submetido à análise prévia de uma comissão mista, seguindo depois para os Plenários da Câmara e do Senado.

A MP 576/12 atribui à EPL a responsabilidade de planejar e promover o desenvolvimento do trem de alta velocidade, de forma integrada com outras modalidades de transporte. Também deixa a cargo da empresa a construção da infraestrutura, a operação e a exploração dos serviços, além da gestão do transporte ferroviário de alta velocidade. Durante o lançamento do Plano Nacional de Logística, o governo anunciou o nome de Bernardo Figueiredo para a presidência da EPL.

A MP prevê a promoção de

estudos para modernizar e dinamizar a indústria nacional ligada à expansão do setor de transportes.

A EPL será organizada como uma sociedade anônima de capital fechado e terá seu capital representado por ações ordinárias nominativas, ficando 50% mais um das ações com a União.

A empresa terá sede em Brasília e escritórios em Campinas (SP), São Paulo e Rio de Janeiro, cidades que serão ligadas pelo trem-bala. Com a criação da EPL e a abertura de novas concessões, além da realização de parcerias público-privadas para diversos trechos de ferrovias, o governo quer ampliar a cobertura da malha ferroviária, especialmente para o transporte de cargas.

Seca poderá suspender dívida previdenciária

Os municípios poderão contar com mais um caso de suspensão do parcelamento de débitos com a Previdência Social. Projeto de Vital do Rêgo (PMDB-PB), pronto para ser votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevê interrupção em caso de situação de emergência ou estado de calamidade pública decorrente de seca ou estiagem prolongada (PLS 121/12).

O valor das parcelas suspensas deverá ser aplicado exclusivamente em atividades

e ações em benefício direto da população afetada pela falta de chuvas, segundo o projeto.

Além disso, a condição de emergência ou calamidade deve ser reconhecida pelo governo federal, nos termos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei 12.608/12).

Em seu parecer, o relator do projeto, Antonio Russo (PR-MS), assinalou o alcance social da proposta e ressaltou que a medida não causaria prejuízo financeiro à Previdência Social. Isso porque

os pagamentos não seriam cancelados, mas suspensos temporariamente.

Atualmente, só três hipóteses levam à rescisão do parcelamento das dívidas previdenciárias municipais, todas com viés punitivo: inadimplência por três meses consecutivos ou seis meses alternados, falta de pagamento e atraso nas prestações referentes a contribuições sociais.

O projeto terá votação terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Alvaro pede dados sobre preço de medicamentos

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), apresentou dois requerimentos com o objetivo de esclarecer denúncia de que o governo federal paga mais caro por medicamentos do Programa Aqui Tem Farmácia Popular em relação aos preços de mercado. O senador quer explicações do ministro da Saúde, Alexandre



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro pediu que o TCU investigue o Programa Farmácia Popular

Padilha, além de auditoria no programa pelo Tribunal de Contas da União.

Os requerimentos foram protocolados segunda-feira, mesmo dia em que o jornal

O Estado de S. Paulo publicou reportagem mostrando que o ministério pagou mais caro por 17 dos 21 medicamentos analisados. Somente este ano, segundo Alvaro Dias, a diferença entre o que saiu do caixa do governo e o menor preço de mercado para esse grupo de medicamentos foi superior a R\$ 500 milhões. O senador questiona, por exemplo, os critérios para reembolsar as farmácias que participam do programa.

Projeto facilita saque do FGTS em caso de doença

Está pronto para ser votado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) projeto de Walter Pinheiro (PT-BA) que altera a Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O senador quer autorizar o saque do dinheiro da conta vinculada aos portadores de doenças graves ou incuráveis.

Hoje, a legislação do FGTS (Lei 8.036/90) prevê que apenas os trabalhadores ou dependentes em estágio terminal, em razão dessas doenças, podem sacar o dinheiro do FGTS.

O projeto (PLS 663/11) inclui também os portadores de pneumopatia grave entre os segurados autorizados a receber auxílio-doença e



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pinheiro: objetivo é beneficiar portadores de moléstias graves

aposentadoria por invalidez, mesmo que não tenham cumprido a carência necessária à concessão do benefício.

Na justificativa do projeto, Pinheiro explica que a iniciativa permitirá aos portadores de pneumopatia grave, especialmente aos que enfrentam a fase mais incapacitante da doença, melhores condições para enfrentar o problema.

Tema de projeto de Suplicy será debatido pelo STF

O Supremo Tribunal Federal realiza hoje e na próxima sexta-feira audiência pública sobre os riscos e as vantagens do uso do amianto crisotila pela indústria. Os debates instruirão o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade contra uma lei do estado de São Paulo que proíbe o uso do amianto.

O tema também é objeto de projeto (PLS 371/11) do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A proposta estabelece prazos que variam de seis meses a quatro anos para que o amianto seja proibido no Brasil, devido aos problemas de saúde que pode ocasionar.

Segundo o projeto, já está provado que o produto causa sérios danos à saúde humana.



Pedro Franco/Agência Senado

Eduardo Suplicy lembra que o amianto causa doença irreversível

Os mais afetados são os trabalhadores envolvidos em extração, transporte e armazenamento. O próprio uso de produtos feitos com a matéria-prima, como telhas, revestimentos e caixas d'água, também seria prejudicial.

O amianto é causa da asbestose, doença irreversível que provoca fibrose ou enrijecimento do tecido pulmonar e evolui para insuficiência respiratória grave. O amianto pode causar também câncer no pulmão, pleura, peritônio, estômago e rim.

Souza quer táxi adaptado para pessoa com deficiência

As empresas de táxi que operem com 20 ou mais veículos deverão ter ao menos 5% dos carros adaptados para pessoas com deficiência, conforme projeto (PLS 12/12) de Sérgio Souza (PMDB-PR). O objetivo é permitir a cadeirantes embarcar e desembarcar do automóvel sem a necessidade de serem retirados de suas cadeiras.

O parlamentar lembra que pela Constituição é obrigação do Estado a proteção e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Ele argumenta que os cadeirantes preferem fazer seus deslocamentos, sempre que possível, sem a necessidade de ajuda ou de retirada de suas cadeiras de rodas para



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sérgio Souza: cadeirante prefere se deslocar sem necessidade de ajuda

se acomodarem nos veículos. "Eles querem se sentir produtivos e capazes de gerir suas vidas sozinhos. Nesse sentido, é importante que haja táxis adaptados para as peculiaridades desses brasileiros", afirmou o senador.

O projeto é relatado na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) por Lindbergh Farias (PT-RJ).